

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 28/02/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	24
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	27
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	28
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 28/02/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.000
Preferenciais	0
Total	1.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
1	Ativo Total	574.150.622	567.970.074	1.000
1.01	Ativo Circulante	24.150.622	17.970.074	1.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	200.908	300.328	1.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	23.857.141	17.643.021	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.857.141	17.643.021	0
1.01.03	Contas a Receber	87.103	20.669	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.799	4.385	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.799	4.385	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.671	1.671	0
1.02	Ativo Não Circulante	550.000.000	550.000.000	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	550.000.000	550.000.000	0
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	550.000.000	550.000.000	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 28/02/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 31/12/2020
2	Passivo Total	574.150.622	567.970.074	1.000
2.01	Passivo Circulante	23.978.604	17.777.149	0
2.01.02	Fornecedores	54.243	7.500	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	54.243	7.500	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.312	8.617	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.312	8.617	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.857.141	17.643.021	0
2.01.04.02	Debêntures	23.857.141	17.643.021	0
2.01.05	Outras Obrigações	63.908	118.011	0
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	54.103	0
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	0	54.103	0
2.01.05.02	Outros	63.908	63.908	0
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	63.908	63.908	0
2.02	Passivo Não Circulante	550.000.000	550.000.000	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	550.000.000	550.000.000	0
2.02.01.02	Debêntures	550.000.000	550.000.000	0
2.03	Patrimônio Líquido	172.018	192.925	1.000
2.03.01	Capital Social Realizado	1.000	1.000	1.000
2.03.04	Reservas de Lucros	191.925	191.925	0
2.03.04.01	Reserva Legal	200	200	0
2.03.04.10	Reserva de Lucros	191.725	191.725	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-20.907	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 28/02/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	0	149.419	0
3.01.01	Receita dos recebíveis adquiridos	0	149.419	0
3.03	Resultado Bruto	0	149.419	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.103	-277.836	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-20.458	-276.962	0
3.04.02.01	Despesas administrativas	-20.162	-258.436	0
3.04.02.02	Despesas tributárias	-296	-18.526	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-645	-874	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-21.103	-128.417	0
3.06	Resultado Financeiro	196	384.250	0
3.06.01	Receitas Financeiras	6.214.316	18.027.271	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.214.120	-17.643.021	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.907	255.833	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.907	255.833	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-20.907	255.833	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-20,907	255,833	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 28/02/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	-20.907	255.833	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-20.907	255.833	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 28/02/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-99.420	-84.588	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-20.907	-128.083	0
6.01.01.01	Lucro líquido	-20.907	255.833	0
6.01.01.02	Valor justo do investimento	-6.214.120	-18.026.937	0
6.01.01.03	Encargos e variações monetários por emissão de debêntures	6.214.120	17.643.021	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-78.513	43.495	0
6.01.02.01	Tributos a compensar	586	-4.385	0
6.01.02.02	Outros ativos	-66.434	-22.340	0
6.01.02.03	Fornecedores	46.743	7.500	0
6.01.02.04	Partes relacionadas	-54.103	54.103	0
6.01.02.05	Obrigações fiscais	-5.305	8.617	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-549.616.084	0
6.02.01	Dividendos recebidos	0	383.916	0
6.02.02	Aquisições de ações	0	-550.000.000	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	550.000.000	1.000
6.03.01	Capital Integralizado no período	0	0	1.000
6.03.02	Obrigações por emissão de debêntures	0	550.000.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-99.420	299.328	1.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	300.328	1.000	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	200.908	300.328	1.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 28/02/2022**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.000	0	191.925	0	0	192.925
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000	0	191.925	0	0	192.925
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.907	0	-20.907
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.907	0	-20.907
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.000	0	191.925	-20.907	0	172.018

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.000	0	0	0	0	1.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.000	0	0	0	0	1.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-63.908	0	0	-63.908
5.04.06	Dividendos	0	0	-63.908	0	0	-63.908
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	255.833	0	0	255.833
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	255.833	0	0	255.833
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.000	0	191.925	0	0	192.925

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.000	0	0	0	0	1.000
5.04.01	Aumentos de Capital	1.000	0	0	0	0	1.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.000	0	0	0	0	1.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 28/02/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Antepenúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020
7.01	Receitas	0	149.419	0
7.01.02	Outras Receitas	0	149.419	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-20.807	-259.310	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.807	-259.310	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-20.807	-109.891	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-20.807	-109.891	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	196	384.250	0
7.06.02	Receitas Financeiras	196	384.250	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-20.611	274.359	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-20.611	274.359	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	296	18.526	0
7.08.02.01	Federais	296	7.491	0
7.08.02.02	Estaduais	0	11.035	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.907	255.833	0
7.08.04.02	Dividendos	0	63.908	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.907	191.925	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

COMENTÁRIOS SOBRE O DESEMPENHO DA COMPANHIA Período findo em 28 de fevereiro de 2022

Contexto Econômico

O ano de 2021 foi um ano de recuperação na medida que o mercado se adaptou e passou a trabalhar com um cenário de pandemia ocasionada pelo Coronavírus por um período maior que o inicialmente previsto por especialistas e governos.

Além dos efeitos das medidas adotadas pela quase totalidade das nações para a contenção da sua disseminação com base na linha sugerida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a pandemia tem provocado uma desaceleração no crescimento global, com queda nos preços das commodities, redução dos fluxos financeiros e de capitais, bem como a elevação da volatilidade nos preços dos ativos financeiros, situações que requereram das autoridades monetárias a adoção de medidas fiscais e monetárias voltadas a atenuar os efeitos junto as suas respectivas economias, cujo resultado tenderá a mitigar apenas parcialmente os efeitos observados.

No ambiente interno, como destacado pelo Comitê de Política Monetária (COPOM), do BACEN, a pandemia tem afetado a economia brasileira em três frentes: a primeira, decorre de um choque de oferta derivado da interrupção das cadeias produtivas cujo impacto, no Brasil, tenderá a ser minimizado devido a sua pouca integração com as cadeias produtivas mundiais; a segunda, está relacionada a um choque nos custos de produção, como consequência da variação nos preços das commodities e de importantes ativos financeiros, os quais, por sua vez – no curto prazo – tenderá a ser deflacionária; e, o terceiro, deverá gerar uma retração na demanda interna e externa, proveniente das incertezas e das restrições impostas pela pandemia no cenário econômico global. Com uma postura mais austera o Banco Central do Brasil (BCB), via Copom, optou por iniciar retomada gradativa das taxas de juros culminando na volta aos patamares observados em 2013 quando a taxa básica de juros brasileira se apresentava como das mais elevadas do mundo.

Com isso, os principais indicadores de atividade econômica nacional que vinham mantendo uma tendência consistente de reversão, compatíveis com um processo de retomada da economia. Esses indicadores, exceto os de nível inflacionário, que ainda devem se manter dentro de uma dinâmica favorável mesmo com os movimentos altistas dos últimos períodos, ainda que por motivos diferentes daqueles observados anteriormente, permitiram ao Banco Central dar continuidade a alteração na estrutura de juros da economia ao levar a sua taxa básica aos seus níveis mais baixos.

IFIN

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

À médio e longo prazos, a construção civil e, em especial, o mercado de imóveis residenciais, a exemplo do ocorrido nos últimos anos deverá retomar a sua condição de um dos vetores de indução e de suporte do crescimento na economia nacional.

Superados os impactos da pandemia, e com a elevação das tensões devido ao conflito Rússia-Ucrânia espera-se um aumento do fluxo de investimentos e capital estrangeiro no Brasil, aliado a isso a expectativa de retomada do crescimento mais robusto do mercado imobiliário e do agronegócio para os próximos anos, com elevação da sua representatividade em relação ao PIB nacional, aumenta a importância da securitização como fonte alternativa de funding para esses setores. No que se refere ao setor imobiliário, a natural elevação da oferta de recebíveis, originada do aumento do número de unidades comercializadas, parte delas não atendidas pelo setor de crédito bancário, transfere para as securitizadoras o desafio de captar investidores com capacidade de carregamento, a custos compatíveis, dos certificados de recebíveis imobiliários, instrumentos que irão prover parte dos recursos necessários à continuidade desses investimentos. No agronegócio, o potencial de crescimento do setor no Brasil tende a ser fortalecido pela diversificação das fontes de financiamento oferecida pela securitização dos recebíveis gerados no setor. Esse processo oferece uma boa perspectiva de crescimento das atividades de securitização ao permitir que as securitizadoras de recebíveis agreguem a sua expertise na montagem de novas estruturas de financiamento ao setor.

Contexto Operacional

A IFIN Participações S.A. foi criada com o propósito específico de emissão para emissão de debêntures. No dia 30 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, a administração da Companhia deliberou pela realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais).

No dia 16 de julho de 2021 a operação foi totalmente liquidada passando a operar com o aporte do investidor no montante de R\$ 550 milhões e consequente repasse dos recursos captados pela IFIN à contraparte.

No período entre a emissão das debêntures e a presente data-base, a Companhia registrou os efeitos de pagamentos aos fornecedores para formalização da operação firmada e contabilização da mensuração das debêntures e sua atualização em linha com a estrutura financeira desenhada para a operação, bem como o reflexo do ajuste a valor justo dos investimentos registrados no ativo da Companhia.

IFIN

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Outras informações

Relacionamento com auditores independentes

Para o adequado gerenciamento e divulgação da existência de eventuais conflitos de interesse, a Companhia, como parte de suas práticas de governança corporativa, evidencia que – exceto pela contratação pontual da BLB BRASIL com a finalidade de elaboração dos laudos de avaliação necessários à incorporação de duas outras empresas integrantes do grupo - não contratou quaisquer outros serviços, além da auditoria independente de suas demonstrações financeiras, junto à empresa BLB BRASIL Auditores Independentes, ou a quaisquer outras empresas ou pessoas a ela ligadas, direta ou indiretamente.

Em complemento, a companhia observa premissas que a orientam no relacionamento com os seus auditores independentes. Essas premissas estabelecem: **(a)** que o auditor não representa a companhia em quaisquer níveis; **(b)** que as atividades gerenciais são estritamente reservadas para serem desempenhadas por funcionários da própria companhia, sendo responsabilidade destes o resultado do trabalho realizado; e **(c)** que os trabalhos a serem auditados foram realizados por profissionais sem quaisquer vínculos, diretos ou indiretos, com a empresa de auditoria independente contratada para emitir uma opinião acerca desses trabalhos. Desta forma, a companhia considera estarem preservadas a independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

Os elementos acima descritos permitem à Companhia, tendo por base as suas iniciativas e as de outras entidades interessadas na consolidação do mercado secundário de recebíveis imobiliários e do agronegócio, observar com otimismo, apesar das incertezas e das dificuldades conjunturais, a evolução de suas operações no decorrer do presente e dos próximos exercícios.

Notas Explicativas

IFIN Participações S.A.
*Demonstrações contábeis intermediárias
para o período findo em 28 de fevereiro de 2022*

Notas explicativas da Administração demonstrações contábeis intermediárias

(Valores expressos em reais, exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais e contexto operacional

A IFIN Participações S.A. ("Companhia"), foi constituída em Assembleia de 29 de setembro de 2020 sob a antiga denominação de IFIN Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP.

Em AGE de 16 de julho de 2021, os acionistas deliberaram pela aprovação da alteração da razão social da Companhia para a denominação atual e reforma do estatuto, deliberando, entre outros atos sociais, pela alteração do objeto social, e pela submissão de pedido de registro de Companhia Aberta categoria "A" junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia tem como principais atividades: (a) a participação e investimento, por meio da aquisição de ações preferenciais, na CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A., sociedade por ações com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, Sala 14, Edifício Plaza São Lourenço, Jardim Paulistano, CEP 01452-001, inscrita no CNPJ sob nº 39.744.262/0001-04 e (b) a participação e investimento, de forma indireta, por meio de debêntures, em concessionárias de serviço público de saneamento básico.

No dia 30 de junho de 2021, em Assembleia Geral Extraordinária, a administração da Companhia deliberou pela realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais).

A referida operação foi liquidada em 16 de julho de 2021 dando início, então, à fase operacional da Companhia.

2 Bases de preparação das demonstrações contábeis intermediárias

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Notas Explicativas

IFIN Participações S.A.
*Demonstrações contábeis intermediárias
para o período findo em 28 de fevereiro de 2022*

As demonstrações contábeis intermediárias do período findo em 28 de fevereiro de 2022 foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 30 de março de 2022.

2.2 Bases de apresentação

2.2.1 Bases de mensuração

As demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas informações contábeis intermediárias, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas em reais. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis intermediárias está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis intermediárias, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

3 Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.2 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Notas Explicativas

IFIN Participações S.A.
*Demonstrações contábeis intermediárias
para o período findo em 28 de fevereiro de 2022*

3.3 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas informações contábeis intermediárias, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações contábeis intermediárias da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas informações contábeis intermediárias, mas divulgadas em notas explicativas.

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC48 e em conformidade com o IRFS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

IFIN Participações S.A.
*Demonstrações contábeis intermediárias
para o período findo em 28 de fevereiro de 2022*

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no item 3.2.5 do CPC 48, que são:

- a.** Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- b.** Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- c.** Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

3.4.2 Passivo Financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com os princípios da IFRS 15;
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida;

Notas Explicativas

IFIN Participações S.A.
*Demonstrações contábeis intermediárias
para o período findo em 28 de fevereiro de 2022*

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado", Contratos de Garantia" e "Compromissos de conceder empréstimos", os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.5 Reconhecimento de receitas

As receitas, quando apresentadas, são reconhecidas pelo regime de competência.

3.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 "Demonstração dos fluxos de caixa", emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas

IFIN Participações S.A.
*Demonstrações contábeis intermediárias
para o período findo em 28 de fevereiro de 2022*

4 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações contábeis intermediárias de 28 de fevereiro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa registrado na demonstração dos fluxos de caixa, representa as operações citadas na nota explicativa nº 3.1.

Em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é de R\$ 200.908 e R\$ 300.328, respectivamente, correspondente aos recursos líquidos para fazer frente aos custos operacionais de curto prazo.

5 Investimentos a valor justo por meio do resultado

Em 28 de fevereiro de 2022, refere-se a ações preferenciais da companhia CAMASTRA PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO S.A. adquiridas com a finalidade de investimento conforme previsto nos objetivos sociais da companhia, ajustadas a valor justo por meio do resultado com base na apropriação *pro-rata* dos rendimentos a que tem direito a Companhia como investidora, calculados conforme os termos do acordo de acionistas.

6 Contas a receber

Referem-se às rendas a receber pelos serviços prestados, no montante de R\$ 16.602 (R\$ 16.602 em 31/12/2021), e por despesas da operação a serem reembolsados no montante de R\$ 70.501 (R\$ 4.067, em 31/12/2021).

7 Tributos a compensar

Referem-se aos impostos retidos na fonte decorrentes de resgates de aplicações financeiras e serviços prestados, no montante de R\$ 3.799 (R\$ 4.385, em 31/12/2021), a serem compensados na apuração anual dos impostos ou em recolhimentos de tributos federais futuros, nos moldes da legislação em vigor.

8 Obrigações fiscais

Refere-se a impostos retidos no pagamento de serviços tomados de terceiros no montante de R\$ 3.312 (R\$ 7.015, em 31/12/2021) e; por e contribuições ao PIS e à COFINS próprios a pagar, calculados sobre a receita de securitização, no montante de R\$ - (R\$ 1.602, em 31/12/2021), a serem recolhidos no mês de março de 2022.

9 Obrigações com partes relacionadas

A Administração considera como partes relacionadas quaisquer pessoas jurídicas vinculadas aos sócios e ao pessoal chave da administração, além destes na pessoa física. Na data das demonstrações contábeis intermediárias a companhia possui um ativo junto a coligadas no montante de R\$ 1.671 (R\$ 1.671, em 31/12/2021), e no passivo junto ao controlador, em razão de despesas correntes que foram pagas por aquele, por conta e ordem da companhia no montante de R\$ 54.103, em dezembro de 2021 dos quais foram liquidadas no período findo.

Notas Explicativas

IFIN Participações S.A.
*Demonstrações contábeis intermediárias
para o período findo em 28 de fevereiro de 2022*

10 Debêntures emitidas

Refere-se à primeira emissão de debêntures no montante total de R\$ 550.000.000, sobre as quais incidem a variação do índice IPCA acrescidos de juros de 7,50% a.a., calculados desde a data de emissão.

Os prazos de amortização definidos na escritura de debêntures iniciam-se em 14 de junho de 2024 e se encerram em 14 de junho de 2033, nas seguintes proporções em relação ao saldo devedor:

Data da amortização	% de amortização	Valor presente em 28/02/2022
14/06/2024	2,50%	14.346.429
13/06/2025	5,00%	27.975.536
12/06/2026	10,00%	53.153.518
14/06/2027	15,00%	71.757.249
14/06/2028	20,00%	81.324.882
14/06/2029	25,00%	81.324.882
14/06/2030	30,00%	73.192.394
13/06/2031	40,00%	68.312.901
14/06/2032	50,00%	51.234.676
14/06/2033	100,00%	51.234.676

11 Remuneração dos administradores

Não houve remuneração a administradores no curso do período findo em 28 de fevereiro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

12 Patrimônio líquido**12.1 Capital social**

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 28 de fevereiro de 2022 é de R\$ 1.000 (R\$ 1.000, em 31/12/2021), dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

12.2 Reserva legal e destinação dos lucros, distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída na forma estabelecida na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores, e no Estatuto Social da Companhia, respeitando o percentual mínimo de 5% do lucro do líquido e o percentual máximo de 20% do capital social da Companhia.

Notas Explicativas

IFIN Participações S.A.
*Demonstrações contábeis intermediárias
para o período findo em 28 de fevereiro de 2022*

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

13 Resultado por ação

O resultado do exercício no montante de R\$ - 20.907, dividido pela média ponderada das ações no mesmo período, que é de 1.000, representou um prejuízo de R\$ - 20,90700 por ação.

14 Despesas administrativas

Descrição	28/01/2022	28/01/2021
Serviços do sistema financeiro	19.357	-
Outras Despesas administrativas	805	-
Total	20.162	-

15 Resultado financeiro

As receitas financeiras são constituídas, principalmente, pelo ajuste a valor justo do investimento CAMASTRA, conforme descrito na nota explicativa nº 5, no montante de R\$ 6.214.120 no período. Além disto, a companhia auferiu rendimentos em aplicações financeiras de liquidez, no montante de R\$ 196.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 6.214.120, constituídas de atualização monetária e juros incorridos sobre as debentures emitidas, conforme descritas na nota explicativa nº 9.

16 Instrumentos financeiros

Em 28 de fevereiro de 2022 e 31 de dezembro 2020, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado***Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras***

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras automáticas em conta corrente que são títulos de renda fixa administrados por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e resgate imediato e automático é garantido na taxa pactuada na aplicação, e os saldos refletem o seu valor justo na data da avaliação.

Notas Explicativas

IFIN Participações S.A.
*Demonstrações contábeis intermediárias
para o período findo em 28 de fevereiro de 2022*

17 Gerenciamento de riscos

Visão geral

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais serão incluídas tão logo sejam realizadas operações decorrentes de seu objeto social.

Hierarquia de valor justo

Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros como nível 2.

Estrutura do gerenciamento do risco

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação dos riscos operacionais; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações contábeis.

18 Efeitos da pandemia COVID-19

Em relação aos efeitos da pandemia de COVID-19 ainda serem incertos, a Companhia informa que possui infraestrutura financeira e tecnológica para realizar suas atividades, possui plano de contingência para o trabalho remoto dos colaboradores que estarão envolvidos no controle das

Notas Explicativas

IFIN Participações S.A.
Demonstrações contábeis intermediárias
para o período findo em 28 de fevereiro de 2022

atividades de forma a não interromper a continuidade dos negócios, e está monitorando as ações de contenção da propagação do vírus e tomando todas as medidas necessárias.

Nesse contexto, a Companhia ressalta que, até o momento, não observa impactos relevantes ou materiais em seus negócios, relacionados ao COVID-19 ou a qualquer outro evento subsequente, que justificassem a alteração das demonstrações contábeis intermediárias.

19 Eventos subsequentes

A administração efetuou a análise dos eventos subsequentes e não identificou assuntos que gerassem impacto nas demonstrações contábeis intermediárias apresentadas em 28 de fevereiro de 2022.

20 Outros assuntos

Investigação em andamento na investida indireta:

A Companhia possui um investimento de 32,08% em ações Preferenciais na Camastra Participações e Administração S.A. ("Camastra Participações"), que por sua vez possui uma participação de 100% na Águas Guariroba S.A. ("Águas Guariroba"), ambos investimentos controlados pela Aegea Saneamento e Participações S.A. ("Aegea Saneamento").

Durante o exercício de 2021 foram concluídas as investigações independentes contratadas pelo Conselho de Administração da Aegea Saneamento e Participações S.A., controladora da companhia Águas Guariroba S.A, para averiguar as alegações e desdobramentos relacionadas à Operação Lama Asfáltica, deflagrada pela Polícia Federal, em 2017, na qual a Companhia foi alvo de procedimentos investigatórios.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e Acionistas da
IFIN PARTICIPAÇÕES S.A
São Paulo – SP
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis intermediárias da IFIN PARTICIPAÇÕES S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 28 de fevereiro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da IFIN PARTICIPAÇÕES S.A., em 28 de fevereiro de 2022, o desempenho de suas operações, e seus fluxos de caixa, para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Determinação de valor justo do investimento.

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria.

Consideramos o processo de determinação do registro do valor justo do investimento descrito nas demonstrações contábeis intermediárias como o principal assunto de auditoria, dada a representatividade desse ativo em relação ao ativo total da companhia, bem como em função da complexidade envolvida na metodologia de mensuração utilizada e o grau de julgamento na determinação das premissas adotadas para a apuração do valor justo da companhia.
Para fins da apuração do valor justo do investimento, a companhia considerou o valor presente dos fluxos de caixa dos recebíveis, cujos recebíveis estão no Acordo de Acionista da investida.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) a revisão da metodologia e do modelo utilizado pela Companhia para a mensuração do valor justo do investimento, incluindo a avaliação da razoabilidade das premissas utilizadas; ii) verificamos a exatidão dos dados sobre a companhia investida; e iii) revisamos o Acordo de Acionista da companhia investida, a fim validar as premissas significativas e metodologia selecionadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo do investimento, que está consistente com a avaliação da companhia, consideramos que os critérios e premissas de valor justo adotados pela companhia são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela companhia sobre o valor justo do investimento.

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao período findo em 28 de fevereiro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis intermediárias e o relatório dos auditores

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis intermediárias ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis intermediárias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

? Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

? Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.

? Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

? Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.

? Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

? Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 30 de março de 2022.

BLB Auditores Independentes
CRC 2SP023165/O-2
Rodrigo Garcia Giroldo
CRC 1SP222658/O-9

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Revisamos o presente relatório das Demonstrações Financeiras intermediárias relativas ao para o período findo em 28 de fevereiro de 2022, da IFIN PARTICIPAÇÕES S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

SÃO PAULO, 30 DE MARÇO DE 2022

Daniel Magalhães
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Pedro Paulo Oliveira de Moraes
DIRETOR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados da revisão, concordamos com as conclusões expressas no relatório elaborado pela BLB Auditores Independentes, relativos ao intermediárias relativas ao para o período findo em 28 de fevereiro de 2022, sem que exista qualquer discordância quanto a essas conclusões.

SÃO PAULO, 30 DE MARÇO DE 2022

Daniel Magalhães
DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Pedro Paulo Oliveira de Moraes
DIRETOR